

NOTA TÉCNICA Nº 008/2019

ASSUNTO: Licitação Pública nº 04/2019 - Análise da qualificação econômico-financeira da empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - EIRELI

APRESENTAÇÃO

Solicita esse Departamento de Licitação – DELI, via e-mail encaminhado em 05/08/2019, e complementado em 06/08/2019, análise da qualificação econômico-financeira da empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - EIRELI, primeira classificada na Licitação Pública nº 04/2019, que tem por objeto:

REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual contratação de prestação de SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO e outros serviços, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que se tem como parte integrante deste Edital (Anexo I), para atender às necessidades da COHAPAR.

Para a análise anexou os seguintes documentos: Proposta Comercial, Habilitação Grabin Serviços, GFIP 06/2019.

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

O Edital de Licitação nº 04/2019 lista, no Anexo, item IV – Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos para a qualificação:

a) Certidão Negativa de Falência ou Regime de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período.

OBSERVAÇÃO

Serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal de grande circulação; ou
- Fotocópia registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017) e alterações.

2. Sociedade por cota de responsabilidade limitada (Ltda.):

- Fotocópia do livro diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, com assinatura do contador e sócio da empresa, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), devidamente acompanhada do Recibo de entrega na Receita Federal; ou
- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. (art. 32, LC 123 - igual outras pessoas jurídicas).

4. Sociedade constituída no exercício em curso:

- Por fotocópia do balanço abertura, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, não sendo necessária a apresentação da Certidão de Regularidade deste profissional.

5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, não sendo necessária a apresentação da Certidão de Regularidade deste profissional.

6. As empresas que optarem por apresentar a Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, que dispensa a apresentação de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial, deverão comprovar a utilização da ECD - Escrituração Contábil Digital, através da apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, termos de abertura e encerramento e Recibo de Entrega de Livro Digital emitido pela Receita Federal, sendo que será aceito o balanço do penúltimo exercício social até o dia 30 de maio. Após este prazo, deverá apresentar devidamente autenticado, o balanço do último exercício social, nos termos dos Art. 1.078 c/c Art. 1.181 do Código Civil.

c) Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), que serão obtidos através das seguintes fórmulas:

1 - Índice de Liquidez Geral (LG): indica a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto (passivo circulante) e longo prazo (passivo exigível à longo prazo), usando os recursos do ativo circulante e do ativo realizável à longo prazo.

O cálculo do índice é feito por meio da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{(AC+ARLP)}{(PC+PELP)} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$$

devendo ser maior ou igual a 1;

2 - Índice de Liquidez Corrente (LC): indica a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante).

O cálculo do índice é feito por meio da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

devendo ser maior ou igual a 1;

3 - Solvência Geral (SG): indica a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto e longo prazo, usando todos os seus recursos, inclusive Investimentos Permanentes, Imobilizado e Intangível.

O cálculo do índice é feito por meio da seguinte fórmula:

$$SG = \frac{AT}{ET} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Exigível Total}}$$

devendo ser maior ou igual a 1;

d) Declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o Licitante deverá apresentar justificativas.

Esta declaração visa verificar se há um percentual relativo aos contratos firmados pela empresa licitante que pode comprometer seu Patrimônio Líquido.

Os cálculos são feitos por meio das seguintes fórmulas:

1- Cálculo referente ao valor mensal dos contratos firmados para fins da elaboração da Declaração de Contratos Firmados:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor Total dos Contratos}} \times 12, \text{ devendo ser maior ou igual a } 1;$$

2 - Cálculo demonstrativo do valor da Receita Bruta discriminada na DRE em relação ao valor total constante na Declaração de Contratos Firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100$$

Obs.: deve ser justificado se o percentual for maior que 10% (positivo ou negativo).

DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA LICITANTE:

Analizamos a documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - EIRELI, chegando às seguintes conclusões:

a) **Certidão Negativa de Falência ou Regime de recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da licitante:

Foi comprovado o atendimento da exigência prevista em edital, por meio da apresentação de Certidão Negativa, emitida, em 02 de julho de 2019, pelo Cartório Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário Público e Avaliador Judicial da Comarca da Toledo - Paraná, certificando a INEXISTÊNCIA de falências ou concordatas, recuperação judicial e extrajudicial (lei 11.101/2005) contra a empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – EIRELI.

b) Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período.

Para comprovação dessa exigência foram apresentados demonstrativos contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, quais sejam: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxos de Caixa, assim como os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário nº 13 e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, Autenticação nº 21.82.40.04.10.69.F0.83.4A.2C.DC.98.05.30.64.7D.EF.48.D9.4F-9, nos termos do decreto nº 8.683/2016.

Tal forma de apresentação tem previsão na exigência do edital “Observações - em seu item 6.”

Dessa forma, concluímos que as demonstrações contábeis, as quais a empresa está obrigada, foram entregues nos termos da exigência do edital.

c) Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

1 - Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{(AG+ARLP)}{(PC+PELP)} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$$

LG =	$\frac{(4.333.347,49 + 200.000,00)}{(250.112,72+0)}$
LG =	18,13

2 - Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{AC}{PC} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

LC =	$\frac{4.333.347,49}{250.112,72}$
LC =	17,33

3 - Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{AT}{ET} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Exigível Total}}$$

SG =	$\frac{5.057.931,80}{(250.112,72+0)}$
SG =	20,22

Com relação aos índices previstos no Edital e calculados conforme informações extraídas das Demonstrações Contábeis apresentadas, constatamos que a empresa apresentou, no exercício de 2018, **índice de liquidez geral de 18,13, índice de liquidez corrente de 17,33 e índice de solvência geral de 20,22**, atendendo assim, nos três casos, a previsão do edital, que exige índices superiores a 1.

d) Declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido:

Conforme previsão do Edital, foi apresentada Declaração, assinada pela Sócia-Administradora, Sra. Lucélia P. de Moraes Grabin, em 05 de agosto de 2019, declarando possuir o valor total de R\$ 2.494.975,44 (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), relativos a 5 (cinco) contratos, celebrados com órgãos/entidades, vigentes naquela data.

Importante ressaltarmos que o valor a ser considerado nos cálculos é o saldo contratual na data, que, conforme indicado na própria Declaração, é de R\$ 1.353.124,35 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e quatro

reais e trinta e cinco centavos), e não o valor total dos contratos celebrados, como apresentado pela GRABIN.

1- Cálculo referente ao valor mensal dos contratos firmados para fins da elaboração da Declaração de Contratos Firmados:

$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor Total dos Contratos}} \times 12$

Cálculo 1 =	$\frac{4.807.819,08}{1.353.124,35} \times 12$
=	42,63

2 - Cálculo demonstrativo do valor da Receita Bruta discriminada na DRE em relação ao valor total constante na Declaração de Contratos Firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública:

$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100$

Cálculo 2 =	$\frac{(4.294.592,49 - 1.353.124,35)}{4.294.592,49} \times 100$
=	68,49%

No **Cálculo 1**, conclui-se que o índice de 42,63 (maior que 1) atende ao previsto no edital.

Já com relação ao **Cálculo 2**, o percentual de 68,49%, excede a previsão do edital, que é de 10%. Nesse caso, o instrumento previa a necessidade de apresentação justificativas.

Tais justificativas foram apresentadas pela empresa, conforme transcrevemos na íntegra:

- JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10%
- 1 – A diferença da Receita Bruta se deve aos contratos faturados proporcionalmente nos exercícios de 2016 a 2018 de acordo com o término da sua vigência.
 - 2 - A diferença se justifica pelos contratos iniciados em 2017 E 2018.
 - 3 - O DRE de 2017 esta junto com o balanço patrimonial do exercício 2017.
 - 4 - Caso necessitar de mais esclarecimentos estamos a disposição.

Considerando que a Receita Bruta do exercício de 2018 foi de R\$ 4.294.592,49, muito superior ao saldo atual dos contratos celebrados, que é de R\$ 1.353.124,35, seria necessária a apresentação de relação de todos os contratos que foram faturados em 2018 e tiveram a vigência encerrada nesse mesmo exercício para justificar devidamente o percentual calculado de 68,49% (cálculo 2).

Como tais documentos não constam no processo, as justificativas apresentadas não podem ser validadas, assim, entendemos que a empresa **GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – EIRELI** não cumpriu com esse requisito, e, **consequentemente deixou de atender todos os requisitos previstos no edital nº 04/2019 para a qualificação econômico-financeira**, estando **DESABILITADA**, nesta análise.

Curitiba, 06 de agosto de 2019.

CAROLINA MINAS
CRC/PR 054049/O-3
Gerente do Departamento de Contabilidade